


Educação especial e inclusiva e o papel do professor na prevenção e combate ao bullying

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.002-006>

Andreia Luzia Silva Teles

Mestranda em Educação pela Universidade Européa del Atlântico
E-mail: andreia.guedes@educacao.mg.gov.br

Carla Silva do Casal

Pós graduada em Atendimento Educacional Especializado (AEE) pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENE)
E-mail: carladocasal@gmail.com

Clarice Pereira Nunes

Mestranda em Educação pela Universidade Européa del Atlântico
E-mail: claricepereiranunes1@gmail.com

Elizangela Carla Beserra da Fonseca

Mestranda em Educação pela Universidade Européa del Atlântico
E-mail: Fonseca_elizangela@yahoo.com.br

Hidelane Pereira Albuquerque

Mestranda em Educação pela Universidade Européa del Atlântico
E-mail: Lannyalbuquerque.flor@gmail.com

Juliana Melo de Oliveira

Pós graduada em Educação Especial Inclusiva - Centro Universitário Leonardo Da Vinci.
E-mail: Julianamelodeoliveira8@gmail.com

Kilzis Sterfany de Novais Rodrigues

Mestranda em Educação pela Universidade Européa del Atlântico
E-mail: Ksknovais@gmail.com

Marina Silvério Ramos

Mestranda em Educação pela Universidade Européa del Atlântico
E-mail: marina.pedagogia.anjoazul@gmail.com

Maria Anunciação Costa Cavalcante

Pós graduada em Atendimento Educacional Especializado (AEE) pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENE)
E-mail: mariacavalcante346@gmail.com

Maria de Jesus da Silva Souza

Pós graduada em Atendimento Educacional Especializado (AEE) pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENE)
E-mail: israellucca0303@gmail.com

Umbelina Maria da Silva

Pós graduada em Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Educação Inclusiva pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENE)
E-mail: belinhacasal@gmail.com

RESUMO

A educação é um conceito que é modificado conforme os objetivos educacionais, sendo esses, relacionados às necessidades formativas impostas pela sociedade. Nesse sentido, a percepção que se tinha inicialmente sobre a educação estava relacionada à idealização no tocante as características físicas e intelectuais dos discentes, repercutindo em uma percepção homogeneizada sobre aquilo que seria o aluno ideal. Desse modo, prevaleceu ao longo de séculos, a ideia de que as pessoas com deficiência seriam incapazes de aprender, culminando, assim, na exclusão dos alunos com deficiência no âmbito escolar. Não obstante, a ascensão do cristianismo trouxe uma percepção humanizada com relação às pessoas com deficiência, repercutindo na criação de instituições que trataram a educação das pessoas com deficiência de forma segregacionista. Posteriormente, a Constituição Federal de 1988 difundiu a ideia de educação como direito de todos, cabendo ao estado, o provimento das condições para o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência no ensino regular. Considerando que a aceitação da diferença como fator primordial para uma efetiva inclusão, o presente artigo busca investigar sobre o papel do professor no processo de prevenção e combate ao bullying na sala de aula bem como refletir sobre a influência das crenças dos docentes sobre a temática na identificação e intervenção em prol da prevenção e combate ao bullying.

Palavras-chave: Educação especial e inclusiva, Aceitação da diferença, Prevenção e combate ao bullying.



1 INTRODUÇÃO

Na sociedade humana, a diferença é uma característica que sempre esteve presente, sobretudo porque todos os indivíduos possuem aspectos físicos, intelectuais e emocionais distintos. Todavia, houve ao longo da história da humanidade, a construção social que idealiza determinadas características físicas e intelectuais dos indivíduos, repercutindo em um padrão socialmente aceito.

Sob esse aspecto, surge uma percepção que repercute em uma construção social que estereotipada sobre as minorias sociais, repercutindo na desigualdade de oportunidades para indivíduos que não estão inclusos nos grupos socialmente privilegiados. Dessa forma, surge uma forma de tratar o diferente que não condiz com a aceitação da diversidade.

Desse modo, surgiu dentre outras formas de preconceito, uma percepção que considerou, ao longo dos tempos, a pessoa com deficiência como um indivíduo incapacitado para a aprendizagem escolar e à preparação para o trabalho. Portanto, não havia no princípio da educação escolarizada, a preocupação com a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular, inexistindo a adequação do espaço escolar e a formação docente necessária para o trabalho com esse público alvo.

Embora o entendimento na atualidade envolva a formação de todos os indivíduos para o desenvolvimento integral, a promoção da cidadania e a igualdade de oportunidades, a aceitação da diferença ainda não coincide com a percepção de grande parte dos discentes que não possuem deficiência. Desse modo, é comum, que alunos sem deficiência pratiquem o bullying com os discentes com deficiência, repercutindo na desmotivação, na evasão escolar e conseqüentemente, na exclusão desse alunado.

Nessa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo geral, refletir sobre as possibilidades educacionais que envolvam estratégias de combate e prevenção contra o bullying no contexto da educação básica. Desse modo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: revisar o conceito de educação especial na perspectiva da educação inclusiva bem como identificar o papel do professor como agente propiciador de um ambiente educacional propício à inclusão de estudantes com deficiência.

Consideramos ainda, a existência de pertinência e relevância temática se dá devido ao fato de que existem poucos trabalhos que abordam aspectos relacionados ao papel do docente do ensino regular no contexto da educação inclusiva no tocante à mediação de conflitos e à prevenção e combate ao bullying bem como as possibilidades educacionais pertinentes a esses objetivos.

Somado a isso, o problema de pesquisa investigado está relacionado aos questionamentos: “Como se deu o percurso histórico que possibilitou o desenvolvimento da percepção da educação especial na perspectiva da educação inclusiva?”; “De que forma, o professor do ensino regular interfere na conscientização da necessidade de respeito às diferenças na educação básica?”; “Quais são as

possibilidades educacionais para a promoção da prevenção e do combate ao bullying no ambiente escolar?”.

Ademais, o presente artigo configura-se como uma pesquisa de caráter bibliográfico, descritivo, exploratório e baseado no enfoque qualitativo e na análise de dados sob a perspectiva interpretativista.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO SOCIAL BRASILEIRO: UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA

A educação inclusiva no contexto social brasileiro está relacionada ao contexto internacional, sendo influenciada pelo percurso histórico que resultou na mudança de paradigma e, a consequente aceitação da pessoa com deficiência. Podemos compreender ainda, que a implementação da educação da pessoa com deficiência está relacionada a percepção constituída socialmente sobre esses indivíduos.

Desse modo, desenvolveu-se a princípio, a ideia de que relacionava a deficiência à maldição divina, culminando em atitudes de rejeição com relação às pessoas com deficiência. Moises (2020). Sobre a relação da pessoa com deficiência e a sociedade primitiva, Pereira (2017) relata que os indivíduos precisavam ir em busca do seu próprio alimento e as pessoas com deficiência eram consideradas um fardo para os membros do grupo pois, essa seria dependente fisicamente dos demais indivíduos, inclusive necessitando ser por estes, sustentada.

Nesse aspecto, Moises (2019 *apud* Moises, 2020) relata que no período da sociedade indígena, as pessoas com deficiência eram abandonadas, sendo, assim, impossibilitadas não apenas de ter acesso à educação, mas a própria continuidade de sua existência. Na Grécia antiga, as crianças com deficiência eram abandonadas ou jogadas de cima de penhacos enquanto em Roma, os próprios pais matavam os filhos que nasciam com alguma deformidade física. (Pereira, 2017)

Conforme Pereira (2017), a percepção da sociedade com relação às pessoas com deficiência começou a se modificar com o surgimento do antigo império romano e a ascensão do cristianismo, o qual formulou um discurso sobre a necessidade de amar ao próximo, inclusive os indivíduos que possuíam alguma deficiência.

Nesse contexto, surgiram as primeiras instituições que se propunham a abrigar pessoas com deficiência e indigentes como forma de acolher os menos favorecidos a partir da prática da caridade. (Pereira, 2017). Ferreira, Lins, Silva e Santos (2019) mencionam ainda, que nessa época, surgiu com isso, a ideia de que as pessoas com deficiência seriam detentoras de alma e, por isso deveriam ser bem tratadas, repercutindo na construção de instituições manicomiais e orfanatos que ofertavam de forma mútua cuidados com a saúde e a educação à pessoa com deficiência.

Havia, contudo um sistema de ensino que privilegiava a segregação do indivíduo com deficiência, os quais eram tratados e educados em espaços específicos sem contato com as pessoas sem

deficiência. Por isso, Kassar (2011) relata que no Brasil, a educação inclusiva teve início a partir da construção de um sistema de ensino que separava os alunos com e os sem deficiência, configurando-se como um sistema educacional paralelo ao ensino regular.

Nessa perspectiva, Osório e al. (2008) relata que a educação especial configurou-se inicialmente, como um sistema educativo que substituiu o ensino comum e que se fundamentava por distintas percepções e terminologias que resultaram na criação de instituições especializadas à educação das pessoas com deficiência.

Desse modo, estabeleceu-se como critério, o conceito de normalidade em oposição à anormalidade, à qual era identificada a partir de diagnósticos que ao identificar as características das pessoas com deficiência, delimitava as práticas educativas mais adequadas ao desenvolvimento dos discentes. (Osório et al., 2008).

Sobre as instituições que atendiam as pessoas com deficiência nessa época, Osório et al. (2008) menciona o Instituto dos Meninos Cegos, criado em 1854, Instituto dos Surdos Mudos, criado em 1859 e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) fundada em 1945.

Sob o aspecto da legislação propriamente dita, a “[...] Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024/61, [...] aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino”, iniciando assim, um período de reconhecimento da necessidade de inclusão da pessoa com deficiência no ambiente regular de ensino. (Osório et al., 2008, p. 6).

Posteriormente, surge a Lei nº 5.692/71 estabelece algumas alterações no tocante ao ensino da pessoa com deficiência, estipulando a necessidade de tratamento adequado aos alunos que possuem deficiências independente de essas serem de origem física ou intelectual. (Osório et al., 2008). Todavia essas ações afirmativas não favorecem a organização de um ensino que atenda de fato, as necessidades dos alunos com deficiência e com isso, estimula o aumento de matrículas desses discentes nas escolas especiais.

No ano de 1973, foi criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) que deu continuidade a ações de integração da pessoa com deficiência no ambiente educacional. (Osório et al., 2008). Conforme o mesmo autor (2008), nessa época, a educação gira em torno de políticas assistencialistas e à concessão de acesso ao sistema regular de ensino para os alunos superdotados, sem, contudo, garantir um ensino que priorize as suas necessidades educacionais.

Nesse aspecto, a promulgação de uma legislação educacional de fato, inclusiva surge a partir da Constituição de 1988, que compreende a educação como um direito extensivo a todas as pessoas, defendendo ainda, que essa deve propiciar condições para o desenvolvimento pleno do indivíduo, preparando-o para a participação cidadã e o ingresso no mercado de trabalho. (Osório et al., 2008, p.).

Concomitante a isso, Constituinte de 1988 assegura a igualdade de acesso e permanência no ambiente escolar, sendo o Estado, o responsável pela garantia de Atendimento Educacional

Especializado (AEE) de forma a complementar o ensino regular, ajudando os alunos a desenvolverem suas potencialidades conforme as necessidades educativas advindas da deficiência. (Osório et al., 2008).

Desse modo, foi promulgado, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/90, tendo dentre os seus objetivos reforçar a ideia de que as crianças com deficiência devem ser matriculadas no ensino regular, tendo os pais, os responsáveis por essa matrícula. (Osório et al., 2008). Além disso, a inserção da educação inclusiva no Brasil ganhou notoriedade devido à Declaração Mundial de Educação para Todos, publicada em 1990 e a Declaração de Salamanca em 1994. (Osório et al., 2008). Esse último documento, por sua vez, enfatiza a ideia de que a educação deve atender as necessidades educacionais de todos os alunos, inclusive aquelas inerentes aos alunos com deficiência.

Sob esse aspecto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 enfatiza o direito a garantia do acesso e permanência dos alunos com deficiência no ensino regular. Para tanto, a LDB (1996 *apud* Osório et al., 2008) ressalta a necessidade de os sistemas de ensino possuam currículos, métodos de ensino e recursos pedagógicos que favoreçam o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com deficiência em conformidade com as suas necessidades educativas.

Nesse sentido, a Política de Educação especial na Perspectiva da Educação Inclusiva parte da ideia de que a educação escolar objetiva conceder oportunidades para o exercício da cidadania e a inserção no mercado de trabalho, independente de o aluno possuir ou não deficiência física ou intelectual. Para tanto, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva objetiva a garantia de acesso à educação a partir de metodologias e recursos pedagógicos que favoreçam a participação do aluno com deficiência na sala de aula e a efetiva aprendizagem. (Osório et al., 2008).

Somado a isso, a referida política educacional objetiva orientar sobre a adequação dos transportes, móveis e a própria estrutura da instituição escolar como forma de tornar o ambiente escolar adequado não apenas aos estudantes sem deficiência ou aqueles que possuem deficiência intelectual, mas abrangendo todos os alunos e, conseqüentemente ampliando, o atendimento às necessidades educativas de todos os discentes. (Osório et al., 2008).

Ademais, a formação docente é necessária à adequação pedagógica para a inclusão de alunos com deficiência, sendo que essa determina que a formação tanto para o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como para aqueles que lecionam no ensino regular, abrangendo ainda toda a comunidade escolar. (Osório et al., 2008).

Nessa perspectiva, a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva considera a inclusão numa perspectiva ampla, compreendendo o ensino como algo que deve propiciar formação adequada a todos os alunos, independente de possuírem ou não deficiências. Ao

mesmo tempo, a inclusão depende de um conjunto de fatores, envolvendo a estrutura da instituição escolar, a formação docente e a conscientização de todos os membros da comunidade escolar.

3 O PAPEL DO PROFESSOR E POSSIBILIDADES EDUCATIVAS NA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E NA PREVENÇÃO CONTRA O BULLIYNG NO ÂMBITO ESCOLAR

A Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, documento encaminhado ao Ministério da Educação e da Cultura em 2008, pode ser compreendida como uma ferramenta de combate às desigualdades de oportunidades, tendo em vista que consiste na defesa da inclusão das pessoas com deficiência no ensino regular.

Sob esse aspecto, a política educacional mencionada atua de modo a garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência, a fim de que esses consigam ingressar no ensino superior e no mercado de trabalho, cooperando, assim, com a inclusão não apenas no âmbito educacional, mas social. Para tanto, a Política de Educação Especial menciona alguns critérios de adequação do ambiente escolar ao estudante com deficiência, sendo esses, a formação docente e da comunidade escolar como um todo, o uso de recursos pedagógicos aliados a uma metodologia adequada às necessidades educativas do discente e a própria estrutura física da instituição.

Todavia, para que a inclusão aconteça efetivamente é necessário que toda a comunidade compreenda as diferenças como algo inerente ao ser humano, tratando todos os discentes de forma igualitária, independente de possuir ou não deficiências. Nesse contexto, é necessário que os alunos sem deficiência se conscientizem sobre a necessidade do respeito mútuo, da empatia e da interação social com os estudantes com deficiência de modo a construir um ambiente favorável à aprendizagem significativa, colaborativa e cooperativa.

Sob esse aspecto, Silva e Bazon (2017) consideram que o professor possui um papel fundamentação na identificação de situações envolvendo a prática do bullying na sala de aula, sendo que essa capacidade está relacionada à formação que possui sobre o conceito de bullying, as características inerentes a essa prática e as formas de intervenção.

Sobre os conhecimentos que os professores brasileiros possuem sobre o bullying, estudos realizados por Silva et al. (2014 *apud* Silva e Bazon, 2017) mencionam que ao realizarem seus estudos, identificaram que grande parte dos docentes investigados possuem conhecimentos gerais e por vezes, incompleto sobre a temática, sendo, portanto, insuficiente para a identificação do bullying. Com isso, os docentes realizavam ações interventivas pontuais de combate ao problema.

Segundo Silva et al. (2014 *apud* Silva e Bazon, 2017) os conhecimentos dos professores sobre o bullying interferem na forma como esses, elaboram propostas interventivas de prevenção e combate ao bullying, tornando-se mais abrangentes conforme o conhecimento teórico dos docentes que as elaboram. Para Silva et al. (2014 *apud* Silva e Bazon, 2017) afirmam ainda que quando os docentes

desconhecem formas de combate ao bullying, agem de forma a propor estratégias educativas baseadas na punição. Para Silva e Bazon (2014 *apud* Silva e Bazon, 2017), a punição não resolve o problema a longo prazo, apenas possui efeito positivo em a curto prazo, mas logo depois, intensifica a prática do bullying.

Hektner e Swenson (2012 *apud* Silva e Bazon, 2017) apontam ainda que os docentes costumam superestimar as habilidades que possuem para identificar situações de bullying bem como para intervir de forma eficaz em sua prevenção e combate. Desse modo, os professores acabam de certa forma, identificando um número de ocorrências de bullying bem menor do que realmente acontecem, resultando, conseqüentemente em baixa eficácia das intervenções de prevenção e combate ao bullying. (Silva e Bazon, 2017).

Sob esse aspecto, estudos realizados por Smith e Shu (2000 *apud* Silva e Bazon, 2017) apontam que ao relatar sobre a prática de bullying ao professor não melhorou as atitudes dos agressores. Sawyer e O'Brennan (2007 *apud* Silva e Bazon, 2017) identificou a partir de seus estudos que grande parte dos docentes ignoram o bullying ou adotam estratégias que pioram as agressões por parte dos estudantes. Com isso, os estudantes que sofrem de bullying se sentem inseguros, dificultando a busca por ajuda no ambiente escolar.

Segundo Kochenderfer-Ladd e Pelletier (2008 *apud* Silva e Bazon, 2017) identificaram a partir de seus estudos que os professores que ignoram a prática do bullying consideram-na como patê das interações sociais entre os estudantes e, por isso, esses deveriam resolver o problema entre si, se defendendo dos agressores ou os ignorando. Desse modo, há na perspectiva de Silva e Bazon (2017), a naturalização da prática do bullying isenta os professores da responsabilidade da prevenção e do combate dessa prática na sala de aula. Com isso, repercute a ideia de que a violência entre os discentes é permitida ou tolerada. (Hektner e Swenson, 2012 *apud* Silva e Bazon, 2017). Assim, é enfatizada, a ideia de que as vítimas são responsáveis pelas agressões sofridas, inserindo-as em um contexto de revitimização. (Silva et al., 2017 *apud* Silva e Bazon, 2017).

Nesse contexto, Silva e Bazon (2017) consideram que a percepção dos docentes sobre a prática do bullying influencia na forma como interpretam e agem diante das agressões ocorridas entre os estudantes. Nesse aspecto, as agressões físicas são consideradas graves e, por isso, suscitam em intervenções imediata por parte dos professores. (Silva et al., 2013; Yoon; Sulkowski; Bauman, 2016 *apud* Silva e Bazon, 2017). Enquanto isso, as agressões verbais ou relacionais são consideradas inofensivas, não resultando na não intervenção por parte dos docentes. (Silva e Bazon, 2017).

Em contrapartida, Silva et al. (2016 *apud* Silva e Bazon, 2017, s.n) consideram que os alunos que sofrem de bullying estão por vezes, “[...] em relação assimétrica com o agressor que possui mais poder físico, psicológico e/ou social” e por isso, não conseguem se defender.

Nessa perspectiva, a tolerância ao bullying geram consequências negativas, devendo os professores estar conscientes e sensíveis ao problema. (Silva e Bazon, 2017). Para tanto, é essencial que os docentes compreendam as agressões físicas, verbal, relacional como igualmente graves, pois são essas últimas realizadas mais frequentemente por crianças e adolescentes no âmbito escolar. (Juvonen; Graham, 2014 *apud* Silva e Bazon, 2017).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação escolar no contexto brasileiro não considerou a princípio, as características físicas, intelectuais e socioemocionais dos discentes, criando a idealização de determinado perfil de aluno. Nesse sentido, predominava a percepção do estudante com deficiência como incapacitado para aprender e da deficiência como uma condição representativa de anormalidade.

Sob esse aspecto, Moises (2020) relata que a deficiência era considerada como maldição divina e, por isso as pessoas com deficiência foram muito tempo rejeitadas pela sociedade. No contexto da sociedade primitiva, as crianças com deficiência eram abandonadas, pois demais membros de comunidade consideravam que essas não teriam condições de manter o seu próprio sustento, tornando-se um fardo. (Pereira, 2017).

Do mesmo modo, nas sociedades grega e romana, as crianças com alguma deformidade física eram abandonadas ou jogadas de penhasco. (Pereira, 2017) Somente com a ascensão do cristianismo, houve uma mudança na percepção das pessoas com deficiência que passaram a ser consideradas como criaturas divinas, fato que repercutiu em uma forma assistencialista de tratar as pessoas com deficiência. (Pereira, 2017)

Nesse período, surgiram as primeiras instituições que acolhiam as pessoas com deficiência, repercutindo nos cuidados com a saúde e educação de forma integrada em processo de segregação das pessoas com deficiência. (Ferreira et al., 2019). Desse modo, a ideia de inclusão se efetivou apenas em 1988 a partir da ideia disposta na Constituição Federal, à qual compreende a educação como um direito de todos, sendo o Estado, responsável por conceder vagas aos alunos com deficiência e os pais, por matriculá-las no ensino regular.

Ademais, a LDB nº 9.394 de 1996 dispõe sobre a necessidade de as instituições escolares disponibilizarem condições adequadas ao acesso e permanência dos alunos com deficiência. Do mesmo modo, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva aponta a necessidade de as escolas adequarem os currículos, metodologias, recursos didáticos e a própria estrutura física, visando o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência.

Todavia, há um aspecto relevante que influencia na inclusão das pessoas com deficiência no âmbito escolar que é a forma como a comunidade escolar percebe e trata o diferente. Nesse sentido, é preciso que haja uma conscientização, sobretudo por parte dos alunos sem deficiência sobre a



necessidade de perceber a diferença como algo inerente à espécie humana, construindo com os alunos com deficiência, uma relação de respeito mútuo e de aprendizagem colaborativa.

Nesse sentido, o professor possui um papel relevante no tocante à identificação de possíveis práticas de bullying bem como de elaborar estratégias de intervenção para a prevenção e combate da prática de bullying na sala de aula. Assim, a conscientização passa pela percepção que o docente possui sobre o conceito de bullying e a gravidade atribuída às agressões que presencia entre os estudantes, interferindo, assim, no posicionamento frente à problemática. (Silva e Bazon, 2017).

Sob essa perspectiva, é preciso na perspectiva de Silva e Bazon (2017) que os docentes considerem tanto as agressões físicas como a verbal e a relacional, buscando meios de prevenir e combater a prática no âmbito escolar. Para os autores (2017), os professores possuem crenças que consideram as agressões verbais ou relacionais como menos graves, fazendo esses, ignorar a prática do bullying e, considerando que os próprios estudantes poderiam resolver seus conflitos sem a mediação docente.

Desse modo, o que acontece reforça a ideia que culpabiliza a vítima, retirando ao mesmo tempo, a responsabilidade do professor em intervir nas práticas de bullying que presencia. (Silva e Bazon, 2017). Em vez disso, cabe ao docente, buscar a formação necessária para compreender a origem da prática do bullying entre os estudantes, buscando intervir de modo a conscientizar todos os discentes sobre a relevância do respeito mútuo e do desenvolvimento de atitudes de empatia e aprendizagem colaborativa e cooperativa.



REFERÊNCIAS

Brasil, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em lei 9394.pdf (mec.gov.br) Acesso em 06. fev. 2024 às 11h13min.

Da Silva, Jorge Luiz; Bazon, Marina Rezende. Prevenção e enfrentamento do bullying: o papel de professores. Revista Educação Especial, v. 30, n. 59, p. 615-628, 2017. Disponível em Prevenção e enfrentamento do bullying: o papel de professores (redalyc.org) Acesso em 04. fev. 2024 às 11h23min.

Ferreira, Fernanda Lima; Lins, Dulce Barbosa; Silva, Larissa Kelly dos Santos; Dos Santos, Ozinaldo Oliveira. Educação especial: inclusão social e, promoção de medidas de conscientização e combate à violência escolar. Anais VI JOIN / Brasil - Portugal... Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em TRABALHO_EV124_MD1_SA37_ID434_15062019204236.pdf (editorarealize.com.br) Acesso em: 05/02/2024 04h53min.

Kassar, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. Educar em revista, p. 61-79, 2011. Disponível em scielo.br/j/er/a/y6FM5GNKBkjzTNB48zV4zNs/?format=pdf&lang=pt Acesso em 04. jan. 2024 às 14h40min.

Moises, Ronaldo Rodrigues; Stockmann, Daniel. A pessoa com deficiência no curso da história: aspectos sociais, culturais e políticos. History of Education in Latin America-HistELA, v. 3, p. e20780-e20780, 2020. Disponível em Vista do A pessoa com deficiência no curso da história: aspectos sociais, culturais e políticos (ufrn.br) Acesso em 05. fev. 2024 às 04h07min.

Osório, Antônio Carlos do Nascimento; Baptista, Cláudio Roberto; Fleith, Denise de Souza; Manzini, Eduardo José; Almeida, Maria Amélia; Mantoan, Maria Teresa Egler; Figueiredo, Rita Vieira de; Quadros, Ronice Muller; Freitas, Soraia Napoleão. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Brasília: Secretária de Educação Especial: Mec, 2008. 19 p. Disponível em: EDUCAO INCLUSIVA: POLITICA NACIONAL DE EDUCAO ESPECIAL (mec.gov.br) Acesso em: 05 fev. 2024. às 17h30min.

Pacheco, Kátia Monteiro De Benedetto; Alves, Vera Lucia Rodrigues. A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma. Acta fisiátrica, v. 14, n. 4, p. 242-248, 2007. Disponível em Vista do A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma (usp.br) Acesso em 05. fev. 2024. às 16h24min.

Pereira, Márcio. A história da pessoa com deficiência. Ciências Gerenciais em Foco, v. 8, n. 5, 2017. Disponível em Vista do A História da Pessoa com Deficiência (uemg.br) Acesso em 05. fev. 2024 às 04h26min.